

PROGRAMA

DO

5º CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL

Módulo Nacional

(22 de abril a 21 de maio de 2008)

Diretor: Ministro CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA

Vice-Diretor: Ministro ANTÔNIO JOSÉ DE BARROS LEVENHAGEN

QUADRO GERAL DOS COMPONENTES CURRICULARES

ATIVIDADE DE INTEGRAÇÃO	04 h/a
SESSÃO DE ABERTURA E AULA INAUGURAL	02 h/a
01. BLOCO DE DISCIPLINAS BÁSICAS	86 h/a
01.01. DEONTOLOGIA JURÍDICA	08 h/a
01.02. LÓGICA JURÍDICA	04 h/a
01.03. SISTEMA JUDICIÁRIO	06 h/a
01.04. LINGUAGEM JURÍDICA	08 h/a
01.05. ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA	06 h/a
01.06. TÉCNICA DE JUÍZO CONCILIATÓRIO	10 h/a
01.07. PSICOLOGIA E COMUNICAÇÃO	10 h/a
01.08. TEMAS CONTEMPORÂNEOS DE DIREITO	34 h/a
02. BLOCO DE DISCIPLINAS COMPLEMENTARES	28 h/a
02.01. TÉCNICA DE INSTRUÇÃO DE PROC. DO TRABALHO	06 h/a
02.02. TECNOLOGIAS APLIC. À MAGIST. DO TRABALHO	08 h/a
02.03. HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E JURISDIÇÃO EM DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS	06 h/a
02.04. LABORATÓRIO JUDICIAL	08 h/a
03. BLOCO DE ESTÁGIOS E DE ESTUDO	26 h/a
03.01. ATIVIDADES DE ESTÁGIO	18 h/a
03.02. ATIVIDADES DE ESTUDO	8 h/a
SESSÃO DE ENCERRAMENTO	02 h/a

Carga horária total: 148 h/a

ATIVIDADE DE INTEGRAÇÃO

Carga Horária: 4 h/a

Temas:

- Apresentação da Escola
- Informações gerais sobre o Programa do Curso de Formação Inicial – Módulo Nacional
- Orientações sobre frequência e aproveitamento (relatórios)
- Distribuição de material
- Visita às instalações
- Orientações sobre Hospedagem
- Orientações sobre Transporte
- Orientações sobre Refeições
- Informações sobre o atendimento da Secretaria

Instrutores:

Direção da ENAMAT

Secretaria da ENAMAT

SOLENIDADE DE ABERTURA E AULA INAUGURAL

Carga Horária: 2h/a

Abertura Oficial do 5º Curso de Formação Inicial

Aula Inaugural:

“A proteção ao emprego no mundo globalizado: a aplicação da Convenção n. 158 da OIT no Direito Espanhol”.

Professor:

Magistrado D. Juan Martínez Moya - Presidente del TSJ de Murcia

Coordenação:

Direção da ENAMAT

Convênio AECI – Agência Espanhola de Cooperação Internacional

01. BLOCO DE DISCIPLINAS BÁSICAS

01.01. DEONTOLOGIA JURÍDICA_____	08 h/a
01.02. LÓGICA JURÍDICA_____	04 h/a
01.03. SISTEMA JUDICIÁRIO_____	06 h/a
01.04. LINGUAGEM JURÍDICA_____	08 h/a
01.05. ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA_____	06 h/a
01.06. TÉCNICA DE JUÍZO CONCILIATÓRIO_____	10 h/a
01.07. PSICOLOGIA E COMUNICAÇÃO_____	10 h/a
01.08. TEMAS CONTEMPORÂNEOS DE DIREITO_____	34 h/a

TOTAL: 86 h/a

01.01. DEONTOLOGIA JURÍDICA

Carga Horária: 8 h/a

Metodologia: aulas expositivas

Objetivo Geral:

Analisar os aspectos gerais da ética no exercício da atividade da magistratura, seus limites e implicações práticas na interação com outros atores jurídicos.

Objetivos Específicos:

- (a) Desenvolver as concepções fundamentais da Ética e sua relação com a Moral e o Direito na perspectiva da efetivação da Justiça Social.
- (b) Delinear os elementos essenciais do código ético do Magistrado e sua aplicação na interação com outros atores jurídicos.
- (c) Reconhecer o conteúdo, a legitimação e a extensão do poder dos Juízes na atualidade.

Conteúdo:

- 1 – As Concepções Fundamentais da Ética
- 2 – A Moral e o Direito
- 3 – Fundamentos Éticos da Justiça Social
- 4 – Código Ético do Magistrado
- 5 – Ética aplicada nas relações com outros Operadores (MPT e OAB)
- 6 – Poder dos Juízes na Sociedade Contemporânea
- 7 – O Juiz do Trabalho e a Corregedoria

Professor:

Ministro João Oreste Dalazen – Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho - 2 h/a (Ponto 7)

Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho – TST – 6 h/a (Pontos 1 a 6)

Bibliografia Referencial:

- COMPARATO, Fábio Konder. *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *O poder dos juízes*. São Paulo: Forense, 2001.
- MARTINS FILHO, Ives Gandra. *Manual esquemático de filosofia*. São Paulo: LTr, 2006.
- MESSNER, Johannes. *Ética social*. São Paulo: Quadrante, 2000.
- VAZ, Henrique C. de Lima. Ética, direito e justiça. In: MERLE, Jean-Christophe; MOREIRA, Luiz (orgs.). *Direito e legitimidade*. São Paulo: Landy, 2003.
- VERÍSSIMO, Luís Fernando. Justiça e justiça (2). In: VERÍSSIMO, Luís Fernando et alii. *O desafio ético*. 4. ed. São Paulo: Garramond. 2003.

01.02. LÓGICA JURÍDICA

Carga Horária: 4 h/a

Metodologia: aulas expositivas e estudos de caso

Objetivo Geral:

Analisar aspectos práticos da aplicação das categorias da lógica jurídica no discurso e na atuação do juiz no exercício da profissão.

Objetivos Específicos:

- (a) Estudar questões gerais da aplicação das técnicas de argumentação na jurisdição (Ponto 1)
- (b) Estudar questões gerais da aplicação das técnicas de convencimento na jurisdição (Ponto 2)
- (c) Investigar o fundamento filosófico da linguagem aplicada na decisão judicial (Ponto 3)
- (d) Identificar a singular posição discursiva do Juiz e dos outros operadores jurídicos (Ponto 4)
- (e) Analisar o fundamento da lógica aplicada nos atos judiciais (Ponto 5)

Conteúdo:

- 1 - Dialética e a técnica da argumentação
- 2 - Retórica e a técnica do convencimento
- 3 - Filosofia da linguagem aplicada à decisão judicial
- 4 - A posição discursiva do Juiz, das partes e dos demais operadores
- 5 - A lógica da decisão judicial

Professores:

Ministro Milton de Moura França – Vice-Presidente do TST – 2 h/a (Pontos de 1 a 4)

Procurador Paulo Roberto Soares Mendonça – Prof. Doutor da UNIRIO – 2 h/a (Ponto 5)

Bibliografia Referencial:

ALEXY, Robert. *Teoria da argumentação jurídica*. São Paulo: Landy, 2005.

ATIENZA, Manuel. *As razões do direito*. São Paulo: Landy, 2006.

COELHO, Inocêncio Mártires. *Hermenêutica constitucional e direitos fundamentais*. Brasília: Brasília Jurídica, 2002.

_____. *Interpretação constitucional*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. (Série IDP)

ECO, Umberto. *Os limites da interpretação*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

GUNTHER, Klaus. *Teoria da argumentação do direito e da moral: justificação e aplicação*. São Paulo: Landy, 2004.

HABERLE, Peter. *A sociedade aberta dos intérpretes da constituição*. São Paulo: Nova Fronteira, 1999.

_____. *El estado constitucional*. México: UNAM, 2001.

MACCORMICK, Neil. *Argumentação jurídica e teoria do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MEDEIROS, Rui. *A decisão de inconstitucionalidade*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 1999.

MENDONÇA, Paulo Roberto Soares. *A argumentação nas decisões judiciais*. 3. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

NINO, Carlos Santiago. *Consideraciones sobre la dogmática jurídica*. México: UNAM, 1974.

PERELMAN, Chaim. *Lógica jurídica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RODRIGUEZ, Victor Gabriel. *Argumentação jurídica: técnicas de persuasão e lógica informal*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SANTIAGO, José María Rodríguez de. *La ponderación de bienes e intereses en el derecho administrativo*. Madrid: Marcial Pons, 2000.

TOULMIN, Stephen. *Os usos do argumento*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

01.03. SISTEMA JUDICIÁRIO

Carga Horária: 6 h/a

Metodologia: aulas expositivas

Objetivo Geral:

Analisar a inserção da Justiça Laboral no âmbito do sistema judiciário nacional

Objetivos Específicos:

- (a) Estudar a organicidade do sistema judiciário na composição e atribuições gerais de Conselhos e Tribunais (Ponto 1)
- (b) Identificar questões pontuais da sistematicidade da carreira ao longo do seu exercício e suas implicações concretas na jurisdição trabalhista (Ponto 2)
- (c) Compreender os aspectos gerais da institucionalidade da Justiça Trabalhista, com seus desafios para a efetividade no contexto sócio-político-jurídico atual (Ponto 3)

Conteúdo:

- 1 – Visão orgânica do Poder Judiciário nacional: Conselhos e Tribunais
- 2 – Visão sistêmica da carreira de Juiz do Trabalho: deveres, prerrogativas e mobilidade
- 3 – Visão institucional da Justiça Laboral: desafios da efetividade no Brasil contemporâneo

Professores:

Juiz do Trabalho Antonio Umberto de Souza Junior – 6^a VT de Brasília/CNJ – 2 h/a (Ponto 1)

Juiz do Trabalho Grijalbo Fernandes Coutinho - 19^a VT de Brasília – 2 h/a (Ponto 2)

Juiz do Trabalho Roberto Teixeira Siegmann – 27^a VT de Porto Alegre - 2 h/a (Ponto 3)

Bibliografia Referencial:

ALMEIDA, José Maurício Pinto de. *O poder judiciário brasileiro e sua organização*. Curitiba: Juruá, 1992.

AVELAR, Lucia; CINTRA, Antonio Octávio (orgs.). *Sistema político brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2004.

FREITAS, Vladimir Passos de. *Justiça Federal: histórico e evolução no Brasil*. Curitiba: Juruá, 2003.

MARTINS FILHO, Ives Gandra. *O sistema legal e judiciário brasileiro*. São Paulo: Ltr, 2000.

MOREIRA NETO, Diogo Figueiredo. *O sistema judiciário brasileiro e a reforma do Estado*. São Paulo: Editora Celso Bastos, 1999.

SADEK, Maria Teresa. *A organização do poder judiciário no Brasil: uma introdução ao estudo da justiça*. São Paulo: Idesp/Sumaré, 1995.

01.04. LINGUAGEM JURÍDICA

Carga Horária: 8 h/a

Metodologia: aulas expositivas

Objetivo Geral:

Proporcionar ao Juiz do Trabalho vitaliciando os elementos gerais da utilização da linguagem jurídica no seu contexto profissional do ponto de vista da redação de atos e dos aspectos problemáticos pontuais destacados na sua prática.

Objetivos Específicos:

- (a) Estudar aspectos pontuais da terminologia e da etimologia na linguagem jurídica (Ponto 1)
- (b) Analisar questões tópicas da ortografia, pontuação e utilização de verbos (Ponto 2)
- (c) Analisar questões tópicas próprias da morfossintaxe e do estilo da redação jurídica (Ponto 3)
- (d) Identificar a existência de argumentos na língua e suas inferências (Ponto 4)
- (e) Compreender a diversidade de níveis de leitura e seu papel no emprego da linguagem jurídica (Ponto 5)
- (f) Identificar a articulação do discurso jurídico e sua polifonia (Ponto 6)
- (g) Adquirir conhecimentos básicos sobre os recursos estilísticos e a composição coerente e coesa do discurso jurídico (Ponto 7)

Conteúdo:

- 1 – Aspectos da terminologia e da etimologia de vocábulos e expressões jurídicas
- 2 – Questões de ortografia, pontuação e emprego de verbos na linguagem jurídica
- 3 – Questões de morfossintaxe e estilística na redação jurídica
- 4 – Argumento e competência da língua
- 5 – Níveis de leitura
- 6 – Discurso jurídico e polifonia
- 7 – Recursos estilísticos, coerência e coesão do discurso jurídico

Professores:

Prof. Dr. Adalberto José Kaspary – UFRGS – 4 h/a (Pontos 1 a 3)

Prof. Dr. Leonardo J. Teixeira – FGV - 4 h/a (Pontos 4 a 7)

Bibliografia Referencial:

BRASIL. Presidência da República. *Manual de redação da Presidência da República* / Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Foster Júnior. 2. ed., rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002.

BRASIL. Senado Federal. Consultoria Legislativa. *Manual de elaboração de textos / Apresentação de Dirceu Teixeira de Matos*. Brasília: Senado Federal, Consultoria Legislativa, 1999.

KASPARY, Adalberto J. *Habeas verba: português para juristas*. 9. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

_____. *O verbo na linguagem jurídica: acepções e regimes*. 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

_____. *Português para profissionais atuais e futuros*. 23. ed. Porto Alegre: EDITA, 2006.

01.05. ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA

Carga Horária: 6 h/a

Metodologia: Aulas expositivas

Objetivo Geral:

Analisar os aspectos básicos da administração judiciária pelo Juiz do Trabalho no âmbito da sua jurisdição em termos gerais, na interação entre primeiro e segundo graus, e na gestão processual, de materiais e de pessoas.

Objetivos Específicos:

- (a) Identificar as técnicas aplicáveis à administração no âmbito do primeiro e segundo graus (Ponto 1)
- (b) Analisar aspectos gerais da gestão de processos no primeiro grau (Ponto 2)
- (c) Estudar questões práticas da administração de recursos materiais no primeiro grau (Ponto 3)
- (d) Analisar os aspectos práticos da gestão de recursos humanos no primeiro grau (Ponto 4)

Conteúdo:

- 1 – Técnicas aplicadas à administração judiciária em Varas e Tribunais
- 2 – Gestão Processual em Varas do Trabalho
- 3 – Gestão de Recursos Materiais em Varas do Trabalho
- 4 – Gestão de Pessoas em Varas do Trabalho

Professores:

Juiz do Trabalho Ricardo Fioreze – VT de Encantado/RS – 4h/a (Pontos 1 e 2)

Cláudio Luís Gonçalves Garcia – Diretor de Secretaria da 13ª VT de Brasília – 2h/a (Ponto 3 e 4)

Bibliografia Referencial:

ARAÚJO, L. C. G. *Teoria geral da administração*. São Paulo: Atlas, 2004.

BOTTINI, Pierpaolo Cruz. *A reforma do judiciário: aspectos relevantes*. Revista da Escola Nacional da Magistratura, Brasília, ano II, n. 3, p. 89-99, abr. 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. *Administração nos novos tempos*. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

_____. *Introdução à teoria geral de administração*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

CNJ/STF. *Justiça em números – relatório anual 2006, ano-base 2005*.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Nova era do processo civil*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

DRUCKER, P. *Administrando em tempos de grandes mudanças*. São Paulo: Pioneira, 1995.

FARIA, José Eduardo. *O sistema brasileiro de justiça: experiência recente e futuros desafios*. São Paulo: USP, 2004.

KWASNICKA, E. L. *Teoria geral da administração*. São Paulo: Atlas, 2003.

MAXIMIANO, A. C. A. *Introdução à administração*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MELLO, J. C. M. F. *Negociação baseada em estratégia*. São Paulo: Atlas, 2005.

MORAES, Alexandre de. *Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional*. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

OLIVEIRA, P. R. *Planejamento estratégico*. São Paulo: Atlas, 2005.

WRIGHT, P.; KROLL, M. J.; PARNELL, J. *Administração estratégica*. São Paulo: Atlas, 2000.

01.06. TÉCNICA DE JUÍZO CONCILIATÓRIO

Carga Horária: 10 h/a

Metodologia: aulas expositivas, dinâmica de grupo, estudo de casos reais (vídeos) e simulações

Objetivo Geral:

Proporcionar ao Juiz do Trabalho recém-ingresso na carreira os elementos contextuais teóricos e práticos básicos da conciliação judicial trabalhista de conflitos.

Objetivos Específicos:

- (a) Identificar o papel do Judiciário Trabalhista na pacificação social na nova matriz constitucional (Ponto 1)
- (b) Analisar os métodos de resolução de disputas (Ponto 2)
- (c) Investigar o papel da jurisdição na pacificação social (Ponto 3)
- (d) Estudar a importância da conciliação no Processo do Trabalho, a postura pró-ativa e a prevalência do juízo conciliatório (Ponto 4)
- (e) Investigar as lides e principais dimensões da conciliação judicial trabalhista (jurídica, sócio-econômica e psicológica) (Ponto 5)
- (f) Analisar os limites e as questões éticas intervenientes na conciliação judicial trabalhista (Ponto 6)
- (g) Estudar as técnicas aplicáveis à jurisdição laboral (Ponto 7)
- (h) Exercitar e debater a seleção e aplicação das técnicas conciliatórias, as dificuldades reais na conciliação e os fatores adequados ao meio-ambiente da conciliação judicial trabalhista (Ponto 8)
- (i) Exercitar a estruturação lógico-jurídica da ata de conciliação (Ponto 9)

Conteúdo:

- 1 – Monopólio do Poder Judiciário Trabalhista e sua conformação
- 2 – Métodos de resolução de disputas
- 3 – Jurisdição como poder-dever de pacificação social
- 4 – Importância e papel da conciliação no Processo do Trabalho
- 5 – Dimensões da conciliação judicial trabalhista: jurídica, sócio-econômica e psicológica
- 6 – Limites e questões éticas da conciliação judicial trabalhista
- 7 – Técnicas aplicadas à conciliação judicial trabalhista
- 8 – Prática da conciliação judicial trabalhista: estudo de casos
- 9 – Estruturação lógico-jurídica da ata de conciliação

Professores:

Juíza do Trabalho Adriana Goulart de Sena - 35ª VT de Belo Horizonte/MG - 10h/a (Pontos 01 a 09)

Juiz do Trabalho Giovanni Olsson – 2ª VT de Chapecó/SC e Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT – 4h/a (Pontos 01 a 09)

Bibliografia Referencial:

AZEVEDO, André Gomma de (org.). *Estudos em arbitragem, mediação e negociação*. Vols. 1, 2 e 3. Brasília: Ed. Grupos de Pesquisa, 2002, 2003 e 2004.

- BACELLAR, Roberto Portugal. *Juizados especiais: a nova mediação paraprocessual*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
- BARROS, Alice Monteiro de. *Limites da renúncia e da transação judicial e extrajudicial*. Repertório Trabalhista da 3ª Região, RTM, Julho de 1997, Ano 5, n. 7, Belo Horizonte – MG, pág. 13/24.
- CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. *Acesso à justiça*. Porto Alegre: Fabris, 1988.
- DELGADO, Maurício Godinho. *Arbitragem, mediação e comissão de conciliação prévia no direito do trabalho brasileiro*. Revista Ltr, São Paulo, v.66, n. 6, pág. 663/670.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. *A instrumentalidade do processo*. 8ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.
- FISHER, Roger; URY, William. *Como chegar ao sim*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- GIGLIO, Wagner D. *A conciliação nos dissídios individuais do trabalho*. Curitiba: Síntese, 1997.
- MOORE, Christopher. *O processo de mediação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- NALINI, José Renato. *O juiz e o acesso à justiça*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.
- NASSIF, Elaine Noronha. *Conciliação judicial e indisponibilidade de direitos*. São Paulo: LTr, 2005.
- PIMENTA, José Roberto Freire. *A conciliação judicial na justiça do trabalho após a emenda constitucional n. 24/99: aspectos de direito comparado e o novo papel do juiz do trabalho*. Revista LTr, São Paulo, Ano 6, fevereiro de 2001, pág. 151/162.
- RENAULT, Luiz Otávio Linhares; VIANA, Márcio Túlio. (Coords.). *Comissões de conciliação prévia: quando o direito enfrenta a realidade*. São Paulo: LTr, 2003. (Análises críticas em memória de Alaor Satuf Rezende).
- ROCHA, Osiris. *O acordo e a fraude no direito brasileiro do trabalho*. São Paulo: LTr, Ano 34, janeiro/fevereiro de 1970, pág. 309/338.
- SERPA, Maria de Nazareth. *Teoria e prática da mediação de conflitos*. São Paulo: Editora Lumen Júris, 1999.
- SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. *Direito processual do trabalho: efetividade, acesso à justiça*. São Paulo: LTr, 1998.
- TRINDADE, Jorge. *Manual de psicologia jurídica para operadores do direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

01.07. PSICOLOGIA E COMUNICAÇÃO

Carga Horária: 10 h/a

Metodologia: aula expositiva e estudo de casos

Objetivo Geral:

Apresentar ao Juiz do Trabalho recém-empossado os elementos gerais dos aspectos psicológicos envolvidos no exercício da profissão e proporcionar noções gerais do relacionamento com a mídia.

Objetivos Específicos:

- (a) identificar os componentes principais da dimensão psicológica envolvida no exercício da profissão no tocante às expectativas individuais (Ponto 1)
- (b) identificar os componentes principais da dimensão psicológica envolvida no exercício da profissão no tocante às expectativas sociais na sociedade contemporânea (Ponto 2)
- (c) desenvolver habilidades básicas para o relacionamento com os meios de comunicação social (Ponto 3)
- (d) estudar os aspectos gerais das técnicas de entrevista para a veiculação pública de informações judiciais relevantes (Ponto 4)
- (e) identificar os elementos essenciais da relação do Magistrado com a subjetividade, nas dimensões emocionais e racionais (Ponto 5)
- (f) analisar os aspectos gerais da aplicação das ferramentas da Psicanálise no exercício da Magistratura no contexto da judicialização dos sintomas contemporâneos nas demandas trabalhistas (Ponto 6)

Conteúdo:

- 1 – A identidade do magistrado e as expectativas individuais
- 2 – A sociedade contemporânea e suas expectativas sociais
- 3 – Relacionamento do magistrado com os meios de comunicação social
- 4 – Técnicas de entrevista
- 5 – O Magistrado e a subjetividade: emoção e razão
- 6 – Psicanálise e Direito: a judicialização dos sintomas atuais nas demandas trabalhistas

Professores:

- Ministro aposentado Gelson de Azevedo – TST – 4 h/a (Pontos 1 e 2)
Adriane Werner Bara - Jornalista – 3 h/a (Pontos 3 e 4)
Regina Márcia Manicardi Vaz - Psicóloga – 3 h/a (Pontos 5 e 6)

Bibliografia Referencial:

- BIRMAN, Joel. *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FREUD, S. *Mal-estar na civilização*. In: Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1969, vol. XXI.
- FREUD, S. *O ego e o id*. In: Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1969, vol. XIX.
- JAPIASSÚ, Hilton. *Interdisciplinariedade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

MAUS, Ingeborg. *Judiciário como superego da sociedade: o papel da atividade jurisprudencial na “sociedade órfã”*. Trad. por Martonio Lima e Paulo Albuquerque. São Paulo: Novos Estudos CEBRAP, v. 58, 2000.

MILLER, Jacques Alain. *Peças avulsas: opção lacaniana*. São Paulo. Eólia, n. 44, 2005 (Lição de 24.11.2004).

PRADO, Lúcia de Almeida Reis do. *O juiz e a emoção: aspectos da lógica judicial*. 3. ed. Campinas: Millennium, 2005.

ZIMERMANN, David; COLTRO, Antônio C. M. (Orgs.). *Aspectos psicológicos na prática jurídica*. 2.ed. Campinas, SP: Millenium Editora, 2007.

01.08. TEMAS CONTEMPORÂNEOS DE DIREITO

Carga Horária: 34 h/a

Objetivo Geral:

Analisar aspectos relevantes dos temas contemporâneos de direito selecionados no âmbito da competência material trabalhista e suas repercussões.

Objetivos Específicos:

Estudar os elementos básicos da problemática central de cada um dos diversos tópicos selecionados na perspectiva da efetividade do exercício da jurisdição trabalhista.

TEMAS:

TEMA I – QUESTÕES CONTROVERTIDAS NO DIREITO E NO PROCESSO DO TRABALHO

Carga Horária: 2 h/a

Metodologia: aulas expositivas e dinâmicas de grupo

Professora:

Ministra do TST e Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT - Maria Cristina Irigoyen Peduzzi

TEMA II – APLICAÇÃO DE NORMAS DA OIT NO DIREITO BRASILEIRO

Carga Horária: 2 h/a

Metodologia: aulas expositivas e dinâmicas de grupo

Professor:

Ministro do TST e Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT - Lelio Bentes Corrêa

TEMA III – DESAFIOS DO COMBATE AO TRABALHO INFANTIL E ESCRAVO

Carga Horária: 2 h/a

Metodologia: aulas expositivas e dinâmicas de grupo

Professor:

Dr. Luis Antonio Camargo de Melo - Subprocurador do MPT

TEMA IV – FLEXIBILIZAÇÃO E UNICIDADE SINDICAL: ESTUDO COMPARATIVO BRASIL-ESPANHA

Carga Horária: 2 h/a

Metodologia: aulas expositivas e dinâmicas de grupo

Professor:

Ministro do TST e Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT - Renato de Lacerda Paiva

TEMA V – DESAFIOS DA EXECUÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO

Carga Horária: 4 h/a

Metodologia: aulas expositivas e dinâmicas de grupo

Professor:

Juíza do Trabalho Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa – 2ª VT de Paulínia/SP

TEMA VI – CONDUTAS DISCRIMINATÓRIAS NO ÂMBITO TRABALHISTA

Carga horária: 4 h/a

Metodologia: aula expositiva, mesa-redonda e debates

Parte 01. Aspectos sócio-psicológicos da discriminação trabalhista: a prática degradante (mesa redonda - 2 h/a (20 min para cada participante)

Coordenador: Ministro Maurício Godinho Delgado - TST

Participantes:

Representantes de entidades da sociedade civil (Depoimentos):

- Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE
- Dra. Juscelina Nascimento - Fundação Cultural Palmares – Ministério da Cultura
- Dra. Regina Márcia Manicardi Vaz – Psicóloga (Impactos da discriminação no sujeito)

Parte 02. Aspectos jurídicos da discriminação trabalhista: a prova e a reparação (aula expositiva – 2 h/a)

Professor:

Ministro Maurício Godinho Delgado - TST

TEMA VII – A RELAÇÃO PROFISSIONAL ENTRE OS OPERADORES JURÍDICOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO

Carga Horária: 3 h/a (20 min para cada participante)

Metodologia: mesa-redonda e debates

Coordenador: Ministra Maria de Assis Calsing - TST

Participantes:

- Juiz do Trabalho Cláudio José Montesso - Presidente da ANAMATRA
- Doutor Edson Braz da Silva – Subprocurador-Geral do Trabalho - MPT
- Representante da OAB

TEMA VIII – DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A EFETIVIDADE DA JURISDIÇÃO TRABALHISTA

Carga Horária: 3 h/a (20 min para cada participante)

Metodologia: mesa-redonda e debates

Coordenador: Ministro Horácio Raymundo de Senna Pires - TST

Participantes:

Juiz Douglas Alencar Rodrigues – TRT da 10ª Região

Juíza do Trabalho Mônica Sette Lopes – 12ª VT de Belo Horizonte/MG

Juíza do Trabalho Substituta Audrey Choucair Vaz – TRT da 10ª Região

TEMA IX – A CONSOLIDAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DA MAGISTRATURA

Carga Horária: 3 h/a (20 min para cada participante)

Metodologia: relatos de experiências profissionais em mesa-redonda e debates

Coordenador: Ministro do TST Antonio José de Barros Levenhagen – Vice-Diretor da ENAMAT

Participantes:

Ministra Dora Maria da Costa - TST

Ministro Márcio Eurico Vitral Amaro - TST

Ministro Walmir Oliveira da Costa - TST

TEMA X – A JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DO TST: QUESTIONAMENTOS

Carga Horária: 3 h/a

Metodologia: estudo dirigido (sobre súmulas e orientações jurisprudenciais)

Professor:

Ministro Vantuil Abdala – Decano do TST

TEMA XI – PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL DA JURISDIÇÃO TRABALHISTA

Carga Horária: 2 h/a

Metodologia: aulas expositivas e dinâmicas de grupo

Professor:

Juiz do Trabalho Paulo Henrique Blair de Oliveira – 17a VT de Brasília/DF

TEMA XII – CINE DEBATE: “O JULGAMENTO DE NUREMBERG”

Carga Horária: 4h/a

Metodologia: projeção de filme e debate

Professor:

Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho - TST

Bibliografia Referencial Geral:

CARDOSO, Benjamin N. *A natureza do processo e a evolução do direito*. Trad. e notas de Leda Boechat Rodrigues. São Paulo: Nacional de Direito, 1956.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. *Manual de direito previdenciário*. 7. ed. São Paulo: Ltr, 2006.

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

DUPAS, Gilberto. *O mito do progresso*. São Paulo: UNESP, 2006.

IGLESIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

LAGE, José Alves; LOPES, Monica Sette (Coord.). *Direito e processo do trabalho*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

MORAIS FILHO, Evaristo de. *Problema do sindicato único no Brasil*. São Paulo: Alfa- Ômega. 2ª ed., revisada e aumentada.

OIT. Normas internacionais do trabalho (convenções internacionais).

OST, François. *O tempo no direito*. Trad. Maria Fernanda Oliveira. Lisboa: Odile Jacob, 1999.

PINSKY, Jaime (Org.). *Práticas de cidadania*. São Paulo: Contexto, 2004.

PIOVESAN, Flávia. *Temas de direitos humanos*. São Paulo: Max Limonad, 2003.

TARGA, Maria Inês Corrêa de Cerqueira César. *Mediação em Juízo*. São Paulo: Ltr, 2004.

02. BLOCO DE DISCIPLINAS COMPLEMENTARES

02.01. TÉCNICA DE INSTRUÇÃO DE PROC. DO TRABALHO _____ 06 h/a

02.02. TECNOLOGIAS APLICADAS À MAGISTRATURA DO
TRABALHO _____ 08 h/a

02.03. HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E JURISDIÇÃO
EM DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS _____ 06 h/a

02.04. LABORATÓRIO JUDICIAL _____ 08 h/a

TOTAL: 28 h/a

02.01. TÉCNICA DE INSTRUÇÃO DE PROCESSO DO TRABALHO

Carga Horária: 6 h/a

Metodologia: aula expositiva e estudo de casos

Objetivo Geral:

Proporcionar ao Juiz do Trabalho recém-ingresso na carreira os elementos práticos básicos do exercício da instrução do processo judicial trabalhista.

Objetivos Específicos:

- (a) Analisar questões contemporâneas práticas destacadas sobre a distribuição do encargo probatório no Processo do Trabalho (Ponto 1)
- (b) Estudar o exercício dos poderes de instrução e de direção processual do Juiz do Trabalho (Ponto 2)
- (c) Analisar as questões práticas de produção de prova oral, documental e pericial nas demandas na perspectiva da efetividade do direito social no processo (Ponto 3)

Conteúdo:

- 1 – A importância da prova no Processo do Trabalho
- 2 – Poderes instrutórios e de direção processual do Juiz do Trabalho em Varas do Trabalho
- 3 – Questões práticas da produção de provas e efetividade do direito social no processo

Professores:

Ministro Aloysio Corrêa da Veiga – TST – 2 h/a (Ponto 1)

Juiz Ricardo Alencar Machado – Vice-Presidente do TRT da 10ª Região – 2 h/a (Ponto 2)

Juíza do Trabalho Cilene Ferreira Amaro Santos – 14ª VT de Brasília/DF - 2h/a (Ponto 3)

Bibliografia Referencial:

DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

GUÉRIN, F. *et alii*. *Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia*. São Paulo: Edgar Blücher, 2001.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. *Direito processual do trabalho: efetividade, acesso à justiça e procedimento oral*. São Paulo: LTr, 1998.

OLIVEIRA, Eudes. *A técnica do interrogatório*. Fortaleza: ABC Fortaleza, 1998.

PAULA, Carlos Alberto Reis de. *A especificidade do ônus da prova no processo do trabalho*. São Paulo: LTr, 2001.

02.02. TECNOLOGIAS APLICADAS À MAGISTRATURA DO TRABALHO

Carga Horária: 8 h/a

Metodologia: aula expositiva e estudo de casos

Objetivo Geral:

Analisar aspectos práticos relevantes da aplicação de tecnologias no exercício da Magistratura.

Objetivos Específicos:

- (a) Conhecer a conformação geral dos sistemas de cálculo e de audiências para o primeiro grau (Tema I)
- (b) Identificar os aspectos básicos do projeto de virtualização processual e suas implicações para as Varas do Trabalho (Tema II).
- (c) Estudar a conformação e a operacionalização básica do Sistema Bacenjud (Tema III)
- (d) Conhecer os contornos gerais das tecnologias utilizadas nas sessões de julgamento dos órgãos do Tribunal Superior do Trabalho – TST (Tema IV)

TEMA I – Sistema de Cálculo Rápido e Sistema de Audiências

Carga Horária: 3 h/a

Metodologia: aulas expositivas e estudo de casos práticos (utilização de computadores)

Professor:

Juiz do Trabalho Denilson Bandeira Coelho – 4ª VT de Brasília/DF

TEMA II – Aspectos Gerais da Virtualização do Processo

Carga Horária: 1 h/a

Metodologia: aulas expositivas e estudo de casos práticos (utilização de computadores)

Professor:

Fernanda Brant de Moraes Londe – SETIN/TST

TEMA III – Estruturação e Utilização do Sistema BACEN JUD

Carga Horária: 3 h/a

Metodologia: aulas expositivas e estudo de casos práticos (utilização de computadores)

Professores:

Juiz do Trabalho Rubens Curado Silveira – VT de Guaraí/TO – 2 h/a

Técnicos do Banco Central do Brasil - 1 h/a

TEMA IV – Tecnologias Aplicadas nas Sessões do TST

Carga Horária: 1 h/a

Metodologia: aula expositiva e estudo de caso

Professor:

Ministro do TST Carlos Alberto Reis de Paula – Diretor da ENAMAT

(*) ATIVIDADE FACULTATIVA - Monitoria de Informática: atividade tutelada para auxílio na área de informática, provida por Servidores da SETIN, à disposição na sala de computadores da ENAMAT, em todas as terças e quintas-feiras, das 17h15min às 18h15min. Coordenação de Fernanda Brant de Moraes Londe – SETI/NTST.

Bibliografia Referencial:

Manuais de aplicativos diversos (sistema de cálculo rápido, sistema Bacenjud, sistema de certificação digital, editor de textos, planilhas, etc.)

02.03. HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E JURISDIÇÃO EM DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS

Carga Horária: 6 h/a

Metodologia: Aulas expositivas, dinâmicas de grupo e estudo de casos

Objetivo Geral:

Analisar os elementos gerais da hermenêutica constitucional no âmbito do exercício da jurisdição de direitos fundamentais sociais.

Objetivos Específicos:

- (a) Estudar os aspectos centrais da função da hermenêutica constitucional no Estado Democrático de Direito (Ponto 1)
- (b) Investigar a implementação da hermenêutica de nível constitucional na concretização de direitos fundamentais sociais no âmbito da jurisdição trabalhista (Ponto 2)
- (c) Analisar os aspectos gerais do Direito Sanitário no âmbito da jurisdição trabalhista. (Ponto 3)

Conteúdo:

- 1 – Papel da hermenêutica constitucional no Estado de Direito
- 2 – Hermenêutica constitucional e concretização em Juízo dos direitos fundamentais sociais
- 3 – O Juiz do Trabalho e o Direito Sanitário

Professores:

- Prof. Dr. Luís Roberto Barroso – Titular de Direito Constitucional da UERJ - 2 h/a (Ponto 1)
Juiz José Roberto Freire Pimenta – TRT da 3ª Região e Membro do Conselho Consultivo da ENAMAT – 2 h/a (Ponto 2)
Prof. Carlos Bartolomei – Ministério da Saúde – 2h/a (Ponto 3)

Bibliografia Referencial:

BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro (pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo). In: BARROSO, Luís Roberto (org.). *A nova interpretação constitucional: ponderação, direitos fundamentais e relações privadas*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 1-48.

_____. *Interpretação e aplicação da Constituição – fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. O direito constitucional e a efetividade de suas normas. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

_____. Razoabilidade e isonomia no direito brasileiro. In: VIANA, Márcio Túlio & RENAULT, Luiz Otávio Linhares (coordenadores). *Discriminação*. São Paulo: LTr, 2.000, p. 28-35.

BARROSO, Luís Roberto; BARCELLOS, Ana Paula de. O começo da história: nova interpretação constitucional e o papel dos princípios no direito brasileiro. In: BARROSO, Luís Roberto (organizador). *A nova interpretação constitucional: ponderação, direitos fundamentais e relações privadas*. 2. ed., revista e atualizada. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 327-405.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 22. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional*. 6. ed. Coimbra: Livraria Almedina, 2000.

_____. *Dizer a norma nas questões de trabalho*. Revista ANAMATRA, São Paulo, v. 20, p. 08-13.

GUERRA FILHO, Willis Santiago. *Introdução ao direito processual constitucional*. Porto Alegre: Síntese, 1999.

MARTINS NETO, João dos Passos. *Direitos fundamentais: conceito, função e tipos*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2003.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. 7. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

02.04. LABORATÓRIO JUDICIAL

Carga Horária: 8 h/a

Metodologia: simulações, estudo de caso e dinâmicas de grupo

Objetivo Geral:

Identificar, analisar e exercitar a prática de enfrentamento de questões problemáticas da instrução, gestão e decisão processual no âmbito da jurisdição trabalhista em Varas do Trabalho.

Objetivos Específicos:

- (a) Analisar e praticar o enfrentamento de questões instrutórias problemáticas na prática do Juiz do Trabalho (Ponto 1)
- (b) Estudar e exercitar a solução de questões de gerenciamento processual na dinâmica da jurisdição de primeiro grau (Ponto 2)
- (c) Identificar e solucionar problemas práticos na decisão de incidentes processuais no âmbito da Vara do Trabalho (Ponto 3)

Conteúdo:

- 1 – Oficinas de Instrução Processual
- 2 – Oficinas de Gestão Processual
- 3 – Oficinas de Decisão Processual

Professores:

Juiz do Trabalho Luiz Henrique Marques da Rocha – VT do Gama/DF - 4 h/a (Pontos 1 a 3)

Juiz do Trabalho Ricardo Córdova Diniz – 3^a VT de Itajaí/SC - 4 h/a (Pontos 1 a 3)

Suporte material:

Adaptação de ambiente para simulação de audiências na forma de anfiteatro, dotado de computador e microfones com e sem fio.

Bibliografia referencial:

- Apostila de apoio da disciplina.
- BRASIL. Código de Processo Civil.
- BRASIL. Código Penal.
- BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho.

03. BLOCO DE ESTÁGIOS E DE ESTUDO

Carga horária total: 26 h/a

03.01. ATIVIDADES DE ESTÁGIO

Carga horária: 18 h/a

Objetivo Geral:

Propiciar o conhecimento básico da estrutura e do funcionamento dos Tribunais Superiores e de outros órgãos dos demais Poderes da República, sediados em Brasília, e de entidades da sociedade civil com atividades relacionadas ao exercício da Magistratura do Trabalho.

Atividades supervisionadas:

01. Assistir a sessões do Tribunal Pleno do Supremo Tribunal Federal – STF (04 horas-aula)
02. Assistir a sessões do Tribunal Pleno do Tribunal Superior do Trabalho - TST (02 horas-aula)
03. Assistir a sessões da Seção de Dissídios Individuais 1 ou 2 do Tribunal Superior do Trabalho – TST (02 horas-aula)
04. Assistir a sessões da Seção de Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho - TST (02 horas-aula)
05. Assistir a sessões das Turmas do Tribunal Superior do Trabalho - TST (04 horas-aula)
06. Assistir a sessões do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT (02 horas-aula)
07. Visitar a sede da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA (02 horas-aula)

Coordenação:

Professor(es) da ENAMAT designado(s)
Secretaria da ENAMAT

03.02. ATIVIDADES DE ESTUDO

Carga horária: 08 h/a

Objetivo Geral:

Propiciar o aprofundamento do estudo dos temas relacionados à formação profissional do Magistrado do Trabalho, mediante leitura e reflexão, e a elaboração de trabalhos e relatórios definidos como integrantes do processo de avaliação, em horários e locais determinados, como componente curricular de sua grade horária.

SOLENIDADE DE FORMATURA

Carga Horária: 2 h/a

Programação:

Encerramento Oficial do 5º Curso de Formação Inicial

Entrega dos Certificados aos Juízes-Alunos

Coordenação:

Direção da ENAMAT